



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**INTRIGAS DAS REMEMORAÇÕES DE UM DIA: REFLEXÕES SOBRE
A HISTÓRIA DA MEMÓRIA DO QUEBRA-QUEBRA DE 1942**

Carlos Renato Araujo Freire*

“Nisso, no meio da multidão ouve-se um grito: Estão quebrando a padaria do Espanhol!”

Thomaz Pompeu Gomes de Matos

“Nos quebra-quebras, iríamos encontrar a forma mais violenta e asselvajada dos cabeças-chatas, mais contundentes, sem dúvida, do que os apelidos e as vaias. Era quando a massa enfurecida apelava para as depredações, seguidas muitas vezes, de incêndio”

Alberto Santiago Galeno

Nesses dois relatos, percebemos uma referência comum nos indícios do ocorrido no dia 18 de agosto de 1942: os gritos ecoados no meio da multidão. Além de descreverem redundantemente a própria ação coletiva de quebrar, que nomeará o evento enquanto tal, o “grito” e as “vaias” servem-nos como pista de por quais meios de transmissão os atores históricos difundiram a notícia e as lembranças do ocorrido durante um período: a oralidade, pois, se analisarmos apenas os periódicos da época para reconstruir a história

* Mestre em História Social pela linha Memória e temporalidade do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), ver: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5694205515120870>. E-mail: crenatoaf@gmail.com.

como espelho do que foi escrito neles, esbarraríamos em um problema: o silêncio. Mesmo que isso não signifique a ausência total de barulho, ou seja, uma ausência total de vestígios sobre o evento na imprensa escrita daquele dia, não teríamos como descrever o evento. A escassez é evidente.

No jornal *O Povo* do dia 18 de agosto, salientava-se o clima de indignação que tomava conta do país e as várias manifestações ocorridas. Discorria-se sobre as repercussões intensas no povo cearense, afirmando-se que, pela manhã, “os estudantes e o povo em geral organizaram vibrantíssimas passeatas no centro da cidade, ouvindo-se, a cada instante, aclamações entusiásticas ao Brasil”. Uma dessas passeatas compostas por numerosos reservistas teria comparecido em frente à redação d’*O Povo* e escutado um dos redatores aclamando a todos para a necessidade de “congregar todas as energias em defesa da Pátria”. A matéria é encerrada falando da incontida vibração “a qual assumiu maiores proporções às 11 horas”¹. Apesar de não termos uma descrição do momento de ataque aos estabelecimentos comerciais, ouvimos aqui pelo menos outros três gritos na descrição: os do povo e, ao lado, os dos estudantes; depois os reservistas ouvem o grito do redator do jornal. Porém, na matéria do dia seguinte, pede-se que se escute apenas uma voz: a palavra superior do Governo.

Na matéria do dia posterior, 19 de agosto, na primeira página, foi publicado um editorial do jornal reconhecendo “a justiça que inspira a indignação causada pelos recentíssimos atentados”, entretanto, conclamava as pessoas a voltarem à calma, fazendo um “auto em seu delírio patriótico a fim de aguardar a palavra do Governo”. É preciso parar a ação e esperar a voz do Estado. “Todos em posição de sentido!” exclamava o editorial. A população deveria obedecer às ordens e decisões superiores nessa “hora muito grave”, essencialmente resumidas nesse tripé exposto nas últimas palavras do editorial: “Silêncio, trabalho e vigilância!”². De um dia para o outro, de uma multiplicidade de vozes para a obediência da voz do sentido do Governo.

Ficam evidentes as tentativas de ordenamento das vozes provindas da multidão através das prescrições para obedecer às exigências do momento de *paz, vigilância e silêncio*. Pede-se para que se cale e se escute. Os jornais execravam as atitudes hostis externas, porém as atitudes violentas internas são tidas como justas, mas desviantes em

¹ “Vibra povo cearense contra a pirataria nazista”. Jornal **O Povo**, 18/08/1942, ano XX. p. 4

² “Ao povo”. Jornal **O Povo**, 19/08/1942, ano XX. p. 1.

sua expansão. Após a reação ao absurdo ataque, deveria prevalecer, na população em geral, o bom comportamento dentro dos “imperativos de guerra” prescritos pelo Estado Novo Vargasista.

Apenas de forma muito diagonal, temos acesso a alguns indícios dos acontecimentos ocorridos naquela data, através de referências como “as manifestações coletivas” ou “as vibrantíssimas passeatas” que, em torno das dez ou onze horas, teriam tomado contornos de “maiores proporções” ou transformado-se num “delírio patriótico”. Não aparece qualquer alusão ao evento nomeado enquanto tal e, muito menos, alguma descrição dos desdobramentos mais violentos das “várias passeatas”.

Em um primeiro momento, imediatamente após o ocorrido, no ano de 1942, as vozes provindas da multidão que ou quebrou, ou assistiu, ou fotografou, ou apenas ouviu falar das depredações de 1942 sofreram um processo de silenciamento devido à política de defesa passiva. Era preciso um processo de interdição das atitudes e dos assuntos considerados perigosos à paz interna, que poderiam colocar a perder a vitória externa. Porém, esse silêncio não significa esquecimento.

Uma referência oficial próxima ao dia do ocorrido ilustra esse trabalho de silenciamento. A descrição consta no livro *Chefes de Polícia* de autoria de Hugo Victor. Esse livro subsidiado pelo Estado foi publicado em 1943 por encomenda da Secretaria de Polícia e Segurança Pública a fim de comemorar o 1º centenário da criação das Chefaturas no Brasil. O livro propõe-se a traçar uma sucessão de biografias contendo a formação e os principais feitos de cada chefe de polícia, sem se deter à análise e contextualização histórica. O evento estudado entra como uma efeméride dentre os outros tantos fatos que motivaram a entrada ou saída de cada chefe do cargo, porém, mesmo assim, podemos qualificar pelo menos como a intenção oficial do Estado daquele momento para o ocorrido há um ano. O autor traça a biografia do Dr. Ruy de Almeida Monte, que se manteve na pasta de 5 de março a 18 de setembro de 1942, e posteriormente elabora algumas linhas sobre o motivo de sua saída:

O afundamento de navios brasileiros por submarinos das nações totalitárias e a consequente declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, provocaram, como era natural, grande agitação na massa. O povo, indignado com os atos de pirataria do inimigo, logo que foi conhecida a notícia de declaração de guerra, encheu as ruas da capital, promovendo depredações a 18 de agosto, verificando-se fatos idênticos em algumas cidades do interior. Nesse ambiente de trepidação, deixou o dr. Ruy Monte as funções, que passaram a ser exercidas pelo Capitão José Góes de Campos Barros.

Nesse trecho, observamos como o autor, no afã da síntese, tenta naturalizar o ocorrido utilizando-se de uma imprecisão nas suas motivações. O autor junta como causa das depredações a declaração de guerra e os afundamentos. Essa imprecisão advém de um deslocamento incorreto do tempo, já que as depredações ocorrem antes da declaração de guerra, e não depois. O autor não cita a postura de neutralidade do Governo Vargas e, de prontidão, caracteriza as nações inimigas como “totalitárias”, marcando, *a priori*, uma diferenciação política entre o Brasil e os inimigos, o que não era tão evidente assim. No mais o que interessa nesse vestígio é notarmos tanto a ausência de uma problematização e a não nomeação do evento, como também a manutenção da interdição da sua descrição e a operação de desvio de uma das suas possíveis causas: a neutralidade sustentada pelo governo de Getúlio Vargas.

Se compararmos os vestígios dos jornais com essa pequena descrição do livro, podemos afirmar que eles obedecem a camadas diferentes do passado. Os jornais estão ligados à pragmática do presente e ao dia a dia da redação, seu texto é uma voz-momento prescritiva ligada às questões ordinárias. No máximo, poderíamos nos referir à ele como uma *protomemória*³. Já a descrição do livro é um uso ostensivo do passado que visa

³ Apropriaremos também da distinção das várias memórias sugeridas por Joël Candau (2012). No nível da memória individual podemos distinguir três tipos: a protomemória ou memória de baixo nível, a memória propriamente dita ou de alto nível e a metamemória. A primeira é definida, a partir de Bordieu, como uma memória imperceptível, que ocorre sem a tomada de consciência. Ela age diretamente no corpo e alude sobre o conteúdo do habitus, que é incorporado de maneira permanente, regulando nossas maneiras duráveis de se portar, falar, caminhar, sentir e pensar. É a presença do passado aprendido na experiência, e não a memória sobre ele. Já a memória propriamente dita é a “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)” que no “jogo do lembrar e esquecer” beneficia-se de suportes e extensões artificiais. Por último, a metamemória é reivindicada e ostensiva, trata-se de um lado da “representação que cada indivíduo faz de sua memória”, o conhecimento que tem dela e o que se diz dela e, por outro lado, aborda também as dimensões que remetem ao “modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado”, envolvendo uma construção explícita de identidade (CANDAU, 2012, p. 23). O estatuto desses termos muda ou fica totalmente invalidado quando passamos ao nível coletivo. Devemos evitar a propensão de transformar um singular ou um particular automaticamente em um geral através da problematização dessa passagem do individual ao coletivo. Não existe uma protomemória comum a todos os membros da sociedade, já que apenas os indivíduos adotam maneiras de comer, dançar ou de lembrar que ao se tornarem “dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como uma característica da sociedade em questão”. Consequentemente, “no nível do grupo apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida”. Entretanto, essa metamemória associada ao coletivo não é uma faculdade de denominação de um dado atestado, mas sim “um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças”. Esse conceito de compartilhamento de enunciados que constroem uma memória é uma inferência expressa por uma retórica holística ou por metáforas “(memória coletiva, comum, social, familiar, histórica, pública), que, na melhor das hipóteses, darão conta de certos aspectos da realidade social e cultural ou, na pior delas, serão simples flatus vocis sem nenhum fundamento empírico” (CANDAU, 2012, p. 24 - 28).

construí-lo a fim de erguer uma história monumental dos chefes de polícia. Trata-se de uma escrita como passado que deseja perpetuar-se no espaço público e edificar-se enquanto informação a ser lembrada.

Para tentar mapear o *tornar-se* acontecimento do Quebra-quebra, pesquisamos nas páginas do jornal *O Povo* algum indício do evento nos decênios subsequentes (1952, 62, 72), tendo como base outras referências temporais, como os aniversários do início (1949, 1959 etc.) e do fim da (1955, 1965 etc.) da Segunda Guerra Mundial. Conseguimos assim mapear alguns dias-chave que concentram as comemorações oficiais da Segunda Guerra: o 6 de junho, o 7 de maio e o 22 de fevereiro. O 6 de junho é o dia do desembarque das tropas Aliadas na costa francesa, que iniciou a investida da vitória Aliada. Nesse dia, concentram-se as comemorações oficiais de países como o Estados Unidos e a França. Outros dois dias concentraram as atenções das comemorações do Estado brasileiro: o 7 de maio, que é o dia da Vitória, dia em que foi dado o anúncio oficial do cessar fogo na Europa; e o 22 de fevereiro, que se refere à tomada de Monte Castelo na Itália, uma das batalhas em que a FEB foi vitoriosa.

O labor desse tipo de mapeamento, porém, é maior devido à extrapolação dessas referências temporais. Podemos citar uma comemoração textual ocorrida no dia 1 de outubro de 1969 através do editorial do jornal *O Povo* com o título de “Vitória Democrática”. Nele afirma-se que “todos os povos civilizados sofreram na carne as consequências desastrosas da Segunda Guerra Mundial, desencadeada por um paranóico que alimentava o sonho napoleônico de submeter o mundo ao seu domínio”, enfatizando a necessidade da unidade “das correntes que defendem os ideais mais nobres e generosos da humanidade”⁴. Encontramos também furtivamente investimentos de memória da Marinha a fim de erigir uma homenagem aos mortos em mar no período da Segunda Guerra: em 1952, a celebração ocorreu em 29 de novembro⁵ e, em 1979, no dia 22 de julho⁶. No dia 22 de julho de 1980, ocorre a mesma homenagem, destacando as ações de vigilância da costa naquele período, e afirma-se o que seria a única causa da entrada

⁴ “Vitória Democrática”. Jornal **O Povo**, 01/10/1969. p. 1.

⁵ “Homenagem aos que perecem no mar”. Jornal **O Povo**, 29/11/1952. p. 1.

⁶ “Marinha homenageia mortos da Segunda Guerra Mundial”. Jornal **O Povo**, 22/07/1979. p. 9.

brasileira no conflito: “a campanha submarina do Eixo voltou-se diretamente contra nossa navegação comercial, forçando-nos a ingressar no conflito”⁷.

Nas celebrações oficiais do Exército, através da associação de ex-combatentes, os investimentos de memória concentraram-se na construção do heroísmo da FEB com o objetivo de fomentar o sentimento de coesão nacional. Como exemplo, podemos citar o 25º aniversário da tomada de Monte Castelo, ocorrido no Rio de Janeiro diante do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. O protocolo comum é salientar a presença das autoridades que discursam sobre “a intrepidez e a coragem dos ex-combatentes, lembrando os feitos heróicos da Força Expedicionária Brasileira (FEB)”⁸.

Todavia, sabemos que não podemos retificar simplesmente essas comemorações oficiais de forma unívoca (PORTELLI, 1998). Essas rememorações oficiais não dignificariam as narrativas sobre o *front* interno, em que as memórias individuais dos civis encontram a sua *intriga*. A partir da década de 1980, os jornais irão ampliar o espaço para outros investimentos de memória nessas datas oficiais através da anexação das descrições sobre o *front* interno. No jornal *O povo* do dia 7 de maio de 1985, celebra-se o dia da Vitória e, antes de abordar a viagem de um soldado até a Europa, discorre-se mais demoradamente sobre o *front* interno:

Eram dias difíceis, lembram os ex-combatentes. A cidade vivia agitada pelas notícias do torpedeamento de navios brasileiros, inclusive a fragata Arabutã, comandada por um cearense [...].

Nas ruas da capital, havia comícios de jovens intelectuais, principalmente, os ligados à Sociedade dos Amigos da América dos quais participaram César Cals, avô do atual prefeito, médico Pontes Neto e Stênio Azevedo. A reação dos cearenses às notícias do afundamento de navios levou a multidão, certa feita, a incendiar lojas e propriedades de estrangeiros, como o caso da Casa Veneza e de uma loja de propriedade da família Fujita [...]⁹.

Mesmo sendo uma escrita como passado ainda genérica em que a preocupação maior é elencar nomes de possíveis testemunhas ou parentes vivos hoje, “o avô do atual prefeito”, o importante aqui é enfatizar que o presente da década de 1980 tornou atual o *front* interno da década de 1940. Desse momento em diante, intensifica-se a “disputa das

⁷ “Marinha homenageia mortos da Segunda Guerra Mundial”. Jornal *O Povo*, 22/07/1980. p. 6.

⁸ “Médici participa das comemorações da FEB na Segunda Grande Guerra”. Jornal *O Povo*, 24/02/1970. p. 9.

⁹ “A memória viva dos cearenses que foram aos campos de guerra”. Jornal *O Povo*, 07/05/1985. p. 15.

descrições” do dia 18 de agosto de 1942, que giram em torno de pontos aparentemente irrelevantes. Quem teria feito o quê? Quem começou e por onde? Quem era responsável pelo quê? Quem quebrou e quem não quebrou? (CARVALHO, 1990, p. 36 - 38). Ter a resposta dessas perguntas é deter a capacidade e o poder de dizer o que significa o evento, de usá-lo como passado no presente.

Somente em torno dos quadragésimos e quinquagésimos aniversários da Segunda Guerra Mundial é que ocorre a erupção da memória das depredações de 1942 como participantes da História. Não é por acaso que as memórias desse evento tornam-se atuais nessa década. Huyssen (2000) afirma que é a partir dos anos 1980 que ocorre “[...] a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p. 9). Nesse momento, existe uma aceleração da mudança da preocupação da cultura modernista caracterizada nas primeiras décadas do século XX pelos futuros presentes a uma preocupação incessante com os passados presentes, caracterizada por um novo apelo à memória, fruto de um deslocamento da experiência e da sensibilidade do tempo.

Os futuros presentes eram expressos nas diversas ideologias com seus preceitos teleológicos. “Desde os mitos apocalípticos de ruptura radical do começo do século XX e a emergência do ‘homem novo’ na Europa, através das fantasmagorias assassinas de purificação racial ou de classe, no Nacional Socialismo e no Stalinismo, ao paradigma de modernização norte-americano [...]” pautavam-se em um vir a ser que canalizava a organização social. A mudança de preocupação para os passados presentes já teria emergido anteriormente, na década de 1960, por exemplo, nos processos de descolonização e dentro dos novos movimentos sociais, que buscavam fundar outras tradições mais próprias ou erguer uma tradição para o outro excluído. Porém, na década de 1980, esse processo tornar-se-á mais sintomático, principalmente através de uma nova onda de rememoração coletiva dos eventos da Segunda Guerra em escala mundial:

Os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente, pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto (iniciado com a série de TV “Holocausto” e, um pouco mais adiante, com o movimento testemunhal, bem como por toda uma série de eventos relacionados à história do Terceiro Reich (fortemente politizada e cobrindo quadragésimos e quinquagésimos aniversários): a ascensão de Hitler ao poder em 1933 e a infame queima de livros, lembrada em 1983; a Kristallnacht, o *pogrom* organizado em 1938 contra os judeus alemães, objeto de uma manifestação pública em 1988; a conferência de Wannsee, de 1942, que iniciou a “Solução Final”,

relembrada em 1992 com a abertura de um museu na vila de Wansee onde a conferência tinha sido realizada; a invasão da Normandia em 1944, lembrada com um grande espetáculo realizado pelos aliados, mas sem qualquer presença russa, em 1994; o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, lembrado em 1985 com um emocionado discurso do presidente da Alemanha e, de novo, em 1995 com uma série de eventos internacionais na Europa e no Japão. Esses eventos - a maioria deles “efemérides alemãs”, às quais se pode acrescentar a querela dos historiadores em 1986, a queda do muro de Berlim em 1989 e a unificação nacional da Alemanha em 1990 - receberam intensa cobertura da mídia internacional, remexendo as codificações da história nacional posteriores à Segunda Guerra Mundial da história nacional na França, na Austrália, na Itália, no Japão e até nos Estados Unidos e, mais recentemente, na Suíça (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

A memória da Segunda Guerra torna-se um vetor interpretativo para além da qualidade de “índice do evento histórico específico”, funciona como parâmetro e metáfora para a história nacional de outros locais (HUYSSSEN, 2000, p. 13). É nessa disseminação geográfica de uma cultura da memória a qual a emersão do Quebra-quebra de 1942 como evento a ser lembrado está vinculada.

Outros fatores a esse movimento de erupção da memória podem ser cogitados. Primeiro, entre aqueles que viveram os anos 1940 como adultos, mesmo os mais jovens, têm vindo, ao longo dessa década de 1980, já com uma idade para se aposentar da vida ativa, o que os levou a recolher suas memórias individuais. Segundo, vivia-se o fim de outro regime ditatorial, o que levou a uma revisitação dessa temática. Para entender o regime ditatorial teoricamente recém-acabado, era preciso entender os outros regimes ditatoriais pelos quais a democracia brasileira passou. É nessa época que se começa, no campo universitário, por exemplo, a se refletir mais detidamente sobre a Era Vargas e o Estado Novo. Esses fatores também podem ter agido como um gatilho das memórias individuais para que refletisse sobre a sua experiência passada na década de 1940.

É nesse período também que as memórias de alguns estudantes daquela época passam do espaço íntimo para a posição evocativa de metamemória: Gomes de Matos começa a dar entrevistas para os jornais a partir do começo da década de 1980, Alberto Santiago Galeno reflete sobre o evento no livro *A praça e o povo*, lançado em 1991, e Blanchard Girão lança as suas memórias sobre o colégio Liceu do Ceará no período da Segunda Guerra em 1997.

Devido ao próprio interdito na publicização do que ocorreu no dia 18 de agosto de 1942, a via para se refletir sobre a construção dessas depreações como o

acontecimento Quebra-quebra participante da História será através dos enquadramentos presentes nas suas escritas como passado. Essa memória individual passará por uma atenção metodológica básica devido ao trabalho de singularização da história que operam, pois:

na medida em que é profundamente subjectiva, selectiva, muitas vezes desrespeitadora da cronologia, indiferente às reconstruções de conjunto e às racionalizações globais. A sua percepção do passado não pode ser senão irredutivelmente singular. Onde o historiador não vê mais do que uma etapa de um processo, do que um aspecto de um quadro complexo em movimento, o testemunho pode captar um acontecimento crucial, o ponto de viragem numa vida (TRAVERSO, 2012, p. 26).

Enfocar essas memórias que singularizam o passado como o ponto de acesso interpretativo tem a vantagem de não tratar a memória como uma coisa anterior as práticas que a constroem. Esses indivíduos foram responsáveis por recordar o Quebra-quebra, constituindo-o uma metanarrativa através de seus livros de memórias, das fotografias, de entrevistas para jornais, etc. Não optaremos aqui por encará-los como uma manifestação acabada de uma suposta memória coletiva que serviria como “um ponto de acesso para o suposto evento real em vez de interpretações de um passado” (FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.], 2014, p. 26, tradução nossa). Esses objetos serão encarados na performatividade de um ato de recordação e nos servirão para constatar o *emaranhado da memória* no seu processo interacional e dinâmico de *fazer-se*.

Nossa análise enfocará os testemunhos de Thomaz Pompeu Gomes de Matos, que é quem demanda para si o papel de “empreendedor da memória”¹⁰ do Quebra-quebra de 1942. São pelo menos três os suportes que assumem uma centralidade nos seus investimentos de fazer lembrar o Quebra-quebra de 1942: um monumento, um livro de memórias e uma série de fotografias. Gomes de Matos foi presidente da comissão de estudantes responsável por erguer o monumento Obelisco da Vitória em 1943 – recuperado e reformado em 1989 na gestão estadual de Tasso Jereissati – e também quem tirou as fotografias do ocorrido, publicizadas em 1982. Além disso escreveu o livro de memórias *O menino do Solar Rouge*, no qual aborda o evento em um de seus capítulos. Portanto, Gomes de Matos promoveu uma interseção entre o *ver* e o *ler* na sua construção do evento, angariando mais garantia de um estatuto de verdade à sua versão devido à

¹⁰ Segundo Jelín (2002, p. 49), os empreendedores da memória são aqueles que desejam o reconhecimento social e a legitimidade política de uma (a sua) versão narrativa do passado. São eles também que se preocupam e ocupam-se em manter visível e ativa a atenção social e política sobre seu empreendimento.

possibilidade dessa dupla-verificação. O relato de Gomes de Matos no seu livro de memórias *O menino de Soular Rouge* nos dá mais detalhes sobre o seu percurso no dia do acontecimento:

[...] A revolta popular aumentava de minuto a minuto. Vi várias mulheres chorando durante a Missa. Nesse clima de revolta e indignação, fomos para a Faculdade de Direito e lá nos reunimos em frente ao prédio onde oradores falaram concitando o governo federal a declarar guerra à Alemanha.[...] Mais ou menos às 10:30 saímos em passeata [...] e [chegamos] à velha Praça do Ferreira. [...] Por onde íamos passando, a fileira ia aumentando consideravelmente. Quando atingimos a Coluna, ali já se encontrava uma compacta multidão a gritar “morram Hitler e seus asseclas!”. Vários oradores se fizeram ouvir [...] [avultando] o número de manifestantes face ao fechamento do comércio às 11:00 horas, como era de hábito na época. Nisso, no meio da multidão ouve-se um grito: “Estão quebrando a padaria do Espanhol!”. [...] Foi o início do Quebra-quebra (MATOS, 1989, p. 98 - 100).

Essa descrição do livro de reminiscências está presente no álbum, assim como algumas fotografias estão presentes no livro de memórias. Tanto um quanto o outro estão em pleno diálogo nas tentativas de Gomes de Matos de obter qualitativos como: o curioso, o estudante engajado, o fotógrafo, o memorialista, o colecionista e o arquivista. Esse autorretrato de Gomes de Matos durante a passeata da vitória abre o seu álbum do Quebra-quebra. Antes de vermos as fotos do evento, somos convidados a observar essa imagem dele em



frente à Faculdade de Direito segurando o cartaz com a cabeça decepada de um Hitler endiabrado, com o texto anexo “Exemplo para os traidores do Brasil”. Essa foto condensa a operação de construção de uma identidade de si, enquanto Gomes de Matos promove o seu enquadramento da memória do Quebra-quebra, configurando aqui uma relação de *intriga*¹¹ entre o ato de escrever a sua autobiografia, ato de organizar as fotos e ato de promover esse passado.

¹¹ Intriga é um conceito ricoeuriano que pressupõe uma teoria interpretativa hermenêutica que leva em consideração um trabalho ativo do leitor na recepção dos textos. Ele constrói sua identidade no ato de

Após a divulgação nos jornais, o álbum de fotografias ganhará audiência com a visita de pesquisadores. Como podemos observar na foto de número 10, o álbum possui uma capa dura vermelha com o nome de Gomes de Matos escrito em letras douradas e, na lombada, também em dourado, apresenta-se o título em letras grandes: Quebra-quebra de 18-08-1942. Ao abrirmos as suas páginas, percebemos toda uma composição a fim de



disciplinara leitura e os significados das fotografias. Observemos a foto ao lado como exemplo:

Enumeramos os elementos para facilitar a leitura dessa composição. No

número 1, podemos observar a existência de uma foto embaixo da outra, demonstrando os vários investimentos de sentido em posições temporais diferentes. No número 2, encontra-se escrito “Foto acima pertence ao Arquivo Nirez” para marcar o compartilhamento de documentação, ao mesmo tempo em que angaria o respaldo do nome do seu interlocutor. Outras inscrições em caneta também são visíveis nas páginas anteriores, relatando a hora e o local em que a tomada da foto ocorreu, procurando passar verossimilhança. O número 3 refere-se à legenda escrita “Contigente da FEB parte para a Itália”, amarrando o sentido casual do Quebra-quebra com a entrada do Brasil na Segunda Guerra e o envio de tropas para a Europa. No número 4, encontra-se o carimbo do registro em cartório. Gomes de Matos perdeu alguns documentos em um táxi e resolveu registrar sua documentação em cartório para tentar coibir qualquer uso desvirtuado. No número 5, temos uma foto menor mostrando a sua esposa sentada em frente ao Obelisco da Vitória e a Faculdade de Direito, correlacionando-se, assim, a memória do evento com a sua memória familiar. Na mesma pretensão, em todas as fotografias de autoria de Gomes de Matos existe uma marca em alto-relevo com o brasão da sua família localizada na posição 7. As fotos menores são as revelações feitas na década de 1940, enquanto as fotos maiores foram as ampliações pedidas por Gomes de Matos em troca da publicação delas na página do Nirez. Por último, o número 6 trata-se

leitura em contraste com a identidade de outros, estabelecendo reconhecimentos, comparando situações com a sua experiência vivida, elaborando um concepção de si mesmo, do mundo e do outro, bem como a relação entre esses elementos. Nesse imbricamento acrescenta algo de si aos sentidos propostos pelo texto.

de uma ação a fim de garantir uma prova da sua autoria mesmo diante da cessão para a reprodução; para isso, anexa duas cartas, datadas de 20 de junho de 1994, registradas em cartório, que afirmam que todas as fotografias inseridas na página do Nirez “pertecem ao arquivo particular” de Gomes de Matos.

Além disso, se passarmos as páginas desse álbum, observamos um certo malabarismo na organização da sua sequência: as fotos da Passeatada Vitória servem para tapar o buraco da falta de fotos das “passeatas” dentro do dia 18; a ordenação em uma sucessão cronológica, buscando sempre a verossimilhança com o que seria a ordem dos ocorridos; a utilização de fotos do Nirez para compor em imagem o que se narra em palavras; a anexação das páginas do seu livro de memória *O Menino do Solar Rouge*. Já que as fotografias não adquirem significado por si só, é preciso adestrar as suas leituras e atribuições de sentido.

A fotografia efetua um golpe de corte no vivo para perpetuar o morto, promovendo um paradoxo de temporalidades, abre-se um abismo, um espaço irreduzível que autoriza e suscita um movimento “que não cessa de fazer o ‘sujeito’ fotográfico correr”. O momento imóvel “instituído pelo corte será assim, paradoxalmente, atravessado por inteiro de intensos vaivéns, de idas e vindas no próprio interior do ato fotográfico”. É preciso animar a imagem/documento petrificada, dar-lhe vida, a fim de diminuir a distância entre o referente do passado e o presente da leitura. Diante dessa distância, de dois universos que não aderem um ao outro, o sujeito começa a “ir e vir incessantemente a princípio na imagem, depois da imagem ao objeto, do objeto à imagem *no dispositivo*, como se corresse atrás de uma adequação” (DUBOIS, 1993, p. 174 - 175).

Essa rememoração do passado efetuada por Gomes de Matos mostra como “é um dever produzir lembranças; não fazê-lo é reconhecer um fracasso, é confessar a existência de segredos. O álbum é uma garantia de transparência, um passaporte de sinceridade e uma prova de ajustamento” (ARTIÈRES, 1998, p. 8). No caso desse empreendimento de memória de Gomes de Matos, esse ajustamento é pelo nome, pela tradição da família. É estar em pé de igualdade com o seu pai, Raimundo Gomes de Matos, e o seu ativismo cívico; é estar diante das figuras ilustres que visitavam a casa em que morava na infância para conversar sobre a história de cangaceiros e lampiões; é estar junto com a sua mãe, Dona Léa, e os cuidados com as louças francesas; enfim, é estar perto dos seus *próximos* ainda mesmo que distantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.]. **Entangled Memory: Toward a third wave in memory studies**. In: *History and Theory*, n. 53, 2014.

GALENO, Alberto. **A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde: Na Paisagem Sentimental da Fortaleza-Província**. Fortaleza: ABC Editora, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la Memória**. Madrid: Siglo XXI, Social Science Research Council, 2002.

MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. **O menino de Solar Rouge**. Fortaleza, CE, 1989. Livro de reminiscências não publicado.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: **Usos e abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Claudia Berliner. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Unipop, 2012.